

Trabalho apresentado no 12º CBCENF

Título: DIFTERIA: EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL
Relatoria: MARCUS VINICIUS GONÇALVES DE MENEZES
Ariane de Souza Queiroz
Autores: Cecília Coelho Xavier
Suéllen Cristina Dias Emidio
Glória Maria Pinto Coelho
Modalidade: Pôster
Área: Políticas Públicas de Saúde
Tipo: Pesquisa
Resumo:

A difteria é uma doença transmissível aguda, toxiinfecciosa, imunoprevenível e de notificação compulsória, caracterizada pela presença de uma pseudomembrana mais frequente nas amídalas, faringe, laringe e nariz. É uma doença comum nos países em desenvolvimento, sendo rara quando existem coberturas vacinais homogêneas em torno de 80% na população geral. A análise está na observação das ações de políticas públicas para o controle e/ou erradicação da difteria. Este estudo tem caráter descritivo e quantitativo, com dados obtidos através do serviço do Departamento de Informática do SUS - DATASUS, do período de 2002 a 2006. O Brasil registrou 185 casos de difteria com 31 óbitos; do total de casos registrados, 57 foram na faixa etária de 1 a 4 anos e destes, 10 foram a óbito. A região Nordeste concentra 41,2% do total de casos e o estado da Bahia foi o estado que mais notificou, foram 52 casos com 6 óbitos, contribuindo com 28,1% do total de casos do registro nacional. Verificou-se uma prevalência significativa em crianças de 1 a 4 anos. A vacina tetravalente obteve 73,88% de cobertura da média nacional, sendo que a menor foi registrada na região Norte e a maior na região Centro-Oeste. Vários fatores contribuem para tal situação: imprecisões da base de dados demográficos utilizada para estimar o número de crianças com menos de um ano de idade, especialmente em anos intercensitários; o déficit de adesão ao calendário vacinal; dificuldade de acesso da população às vacinas; diminuição da busca ativa das crianças nos municípios; entre outros. Em suma, a ocorrência de casos indica a persistência de fatores favoráveis à transmissão do bacilo *Corynebacterium diphtheriae*, como áreas com baixas condições socioeconômicas e sanitárias, portanto, não é obtido impacto no controle da transmissão da doença, configurando a falha nas políticas públicas que permite a perpetuação das desigualdades no campo da saúde.